

AS VIDAS DE D. PEDRO E DE D. INÊS DE CASTRO NA HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA*

António Resende de Oliveira*

1. Falar sobre D. Pedro e D. Inês de Castro é tarefa arriscada. Tornam-se rapidamente visíveis as dificuldades da empresa quando se tenta organizar uma cronologia segura dos principais passos da trajectória de ambos. É missão, senão impossível, pelo menos de resultados duvidosos. Lidando com uma relação marginal de um infante no contexto cortesão de meados de trezentos, essa marginalidade transferiu-se igualmente para o mundo da escrita, não tendo deixado grandes ecos nos textos coevos. Mas a polémica gerada pelo afastamento do filho mais velho do casal da sucessão ao trono em 1385, aliada à encenação da relação, promovida por D. Pedro quando rei, redimensionaram a sua projecção na história e abriram-na à lenda, dificultando sobremaneira o seu estudo.

O último biógrafo de Inês de Castro, depois de, na introdução da sua obra, ter mencionado as dúvidas que pairavam ainda sobre a sua trajectória e ter arriscado uma breve súmula da sua vida, concretizava as fragilidades da sua construção do seguinte modo:

“Desentranhar a verdade histórica d[ess]as sucessivas camadas de acrescentos posteriores é uma tarefa que coloca mais interrogações do que evidências: a origem dos amores da formosa galega conhecida como ‘colo de garça’ com o infante português D. Pedro, a veracidade ou não das notícias sobre o seu casamento com o infante — notícias proclamadas publicamente por D. Pedro, já rei, nas Cortes de Cantanhede, com o objectivo de reivindicar a figura da sua amada e a legitimidade dos seus três filhos — as razões reais para o seu assassinato, a participação directa nele do rei Afonso IV, pai de D. Pedro, ou as tremendas crueldades cometidas por D. Pedro, quando, já rei, decide vingar-se

* Comunicação apresentada no colóquio “Inês de Castro no Contexto Peninsular do seu Tempo” (Montemor-o-Velho, 24 de Junho de 2005)

* Professor Associado da FLUC. Colaborador do SMELPS/ IF/ FCT.

dos cavaleiros que executaram fisicamente D. Inês, chegam até nós fundamentalmente através do relato do cronista Fernão Lopes, a fonte mais próxima cronologicamente aos factos que nos são narrados. [Mas] Fernão Lopes, cronista do reino português na primeira metade do século XV, escreve já oitenta anos depois dos acontecimentos que relata na *Crónica do Rei D. Pedro*.” (GONZÁLEZ VÁZQUEZ, 2003, pp. 11-12)

Deixando de parte uma ou outra interrogação que esta citação porventura possa suscitar, é sem dúvida inegável a excessiva dependência em relação aos cronistas medievais por parte de quem pretenda conhecer melhor as biografias de D. Pedro e de D. Inês de Castro, dependência que se torna particularmente visível em relação a Fernão Lopes, historiador que, por motivos que procurarei esclarecer, se viu obrigado a dedicar-lhes uma particular atenção. É igualmente certo que, da leitura das diferentes narrativas disponíveis para avaliar os acontecimentos em que ambos foram protagonistas, resultam não poucas perplexidades, que dificultam qualquer tentativa de construção segura da sua trajectória biográfica. Estas razões justificam a opção pelo regresso às crónicas medievais, com o intuito de verificar a progressiva formação nelas da imagem do casal e as transfigurações que essa imagem vai sofrendo, de acordo com as necessidades e os interesses das diferentes conjunturas.

2. As primeiras notícias sobre D. Pedro e D. Inês, de carácter analítico, limitam-se a assinalar, seca e cruamente, o acontecimento que marcou o fim do relacionamento entre ambos. O *Livro da Noa* ou *Livro das Eras* de Santa Cruz de Coimbra regista que a sete de Janeiro de 1355 o rei D. Afonso IV mandou degolar D. Inês de Castro, enquanto o *Chronicon alcobacense*, mantendo idêntico tom, refere que, na mesma data, o rei mandou matar D. Inês em Coimbra.

Redigidas certamente pouco depois da acção régia descrita, estas breves notícias seriam rapidamente alargadas na refundição do *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, efectuada antes de 1383 em meios próximos da Ordem do Hospital. Aí, dispersas por alguns dos capítulos da obra, recolhem-se informações que permitem um primeiro esboço da relação entre D. Pedro e D. Inês de Castro. Quanto às origens de D. Inês, nomeiam-se os respectivos pais, D. Pedro Fernandes de Castro, o da Guerra, e D. Aldonça Lourenço de Valadares, indicando-se igualmente a sua condição bastarda. Se, no contexto de uma das referências ao pai, a ligação de D. Inês a D. Pedro parece situar-se fora de qualquer vínculo matrimonial, já na curta biografia que

é traçada do rei D. Pedro, após a menção ao casamento deste com D. Constança e a referência ao nascimento dos infantes D. Fernando e D. Maria, o cronista continua:

“Casou outra vez este rei dom Pedro com a ifante dona Enês, filha de dom Pedro de Castro, e fez en ela o ifante dom Joham e o ifante dom Dinis e a ifante dona Beatriz”. (LL, 21B17)

A referência à morte de D. Inês insere-se já numa narrativa sobre os feitos do prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira, quando o cronista se alarga sobre o papel deste prior na defesa do Porto, povoação então cercada pelas tropas do infante D. Pedro. A ira do infante abatera-se também sobre alguns conselheiros régios, cujos bens andava destruindo, sendo referidos neste contexto os nomes de Diogo Lopes Pacheco, D. Gil Vasques de Resende e Pero Coelho. Da vingança do infante sobre estes conselheiros dá conta, enfim, uma pequena narrativa inserida no tratamento da linhagem dos Coelhos, que situa as circunstâncias da morte de Pero Coelho. Como ela se afasta da descrição mais tardia, mas mais conhecida, da morte deste conselheiro régio, transcrevo o seu teor:

“E este Pero Coelho matou-o el rei dom Pedro porque o culpou na morte de dona Ines de Crasto, que matou el rei dom Afonso, seu padre. Este Pero Coelho mostrou grande contriçom a sa morte, dizendo que ele perdoava a todos aqueles que o sentençarom e derom i conselho e ajudoiro, que Deos perdoasse a el”. (LL, 32H7)

Podemos dizer, em conclusão, que o *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, se associarmos alguns dos acrescentos efectuados a esta obra, traça uma primeira versão do relacionamento de D. Pedro e de D. Inês, onde sobressaem as origens familiares desta, a sua ligação e casamento com o infante português e a sua morte. A revolta de D. Pedro, a primeira referência explícita aos conselheiros que terão contribuído para essa morte e o destino final de um deles, Pero Coelho, são outros elementos que contribuem para este primeiro esboço historiográfico das respectivas biografias.

Poucos anos depois, ainda no século XIV, surge a primeira narrativa verdadeiramente cronística sobre o caso, pela mão do castelhano Pero López de Ayala na sua *Crónica de Don Pedro Primero*. Apesar de produzida perto de meio século depois e de se tratar de um testemunho exterior ao espaço português, o facto, se nos encontrarmos perante a primeira sùmula sequencial dos acontecimentos,

aliado à influência que terá tido nos cronistas portugueses posteriores, justifica a sua integração nesta pesquisa.

O assunto é referido em dois capítulos desta crónica, merecendo particular atenção o capítulo XIV do décimo primeiro ano do governo do rei de Castela, onde o cronista se propõe falar do tratado então firmado entre este rei e o seu homónimo português para a troca de exilados políticos. É em ligação com este pacto, através do qual foram entregues ao rei português dois dos conselheiros régios que ele culpava pela morte de D. Inês, que Ayala descreve a história dos dois amantes. Assim, anota a filiação paterna de Inês e a sua ligação ao infante português apenas, saliente-se, após a morte de D. Constança, sendo o primeiro autor a mencionar a sua formosura bem como o amor que D. Pedro lhe devotava. Para além de situar aquela morte em Santa Clara de Coimbra, o historiador castelhano procura igualmente, pela primeira vez, as razões que terão estado na origem de tal acontecimento. Refere-se à questão em dois momentos diferentes do texto: no primeiro justificando-o pelo facto de D. Pedro pretender casar com D. Inês e legitimar os filhos já nascidos da ligação, desejo que, segundo o cronista, desagradaria ao velho rei português porque, além de bastarda, D. Inês não era filha de rei; no segundo momento, e se interpreto bem as palavras do cronista, a morte de D. Inês ter-se-ia ficado a dever ao facto de ter chegado aos ouvidos do rei o seu casamento com o infante. Ou seja, temos aqui, novamente, uma referência ao casamento de D. Pedro e de D. Inês, mas num contexto algo ambíguo, porquanto o cronista invoca uma segunda versão do acontecimento que coloca no seu cerne, tão só, a pretensão do infante em efectivar esse casamento. Menor ambiguidade se regista na menção aos conselheiros régios que terão participado na morte de D. Inês. Ayala refere-se a quatro, identificando, no entanto, apenas dois, Diogo Lopes Pacheco e Pero Coelho, e assinalando a fuga do primeiro para Aragão e a entrega ao rei português de Pero Coelho e de um outro que identifica como escrivão. Entre as novidades introduzidas por este cronista aparece, enfim, a declaração de D. Pedro, após a sua subida ao trono, de que teria casado com D. Inês, não tendo anunciado o casamento com medo de represálias por parte do pai, e o enterramento de ambos no mosteiro de Alcobaça.

Em conclusão, quando atingimos os finais do século XIV, encontravam-se estabelecidos no âmbito da historiografia peninsular os seguintes passos da história

de D. Pedro e de D. Inês: as origens familiares de D. Inês, um retrato físico que anotava a sua formosura, a ligação ao infante D. Pedro apenas após a morte de D. Constança, o amor que selou a relação (Ayala), o assassinato de D. Inês em resultado do casamento de ambos ou das pretensões do infante em casar com ela, a revolta de D. Pedro e a vingança, sendo já rei, sobre os conselheiros do pai que teriam participado na reunião que ditou a sentença de morte, a declaração de que teria casado com ela em segredo e, finalmente, a sepultura de ambos em Alcobaça. A presença constante da referência ao casamento do infante com D. Inês assegura-nos, pelo menos, que ele seria tido como facto adquirido nos círculos da corte portuguesa após a declaração do rei nesse sentido.

3. A análise da trajectória do casal na historiografia do século XV deveria começar, obrigatoriamente, pela *Crónica de Portugal de 1419*, obra cuja atribuição a Fernão Lopes não conseguiu ainda a unanimidade por parte dos investigadores. Como quer que seja, no que ao tema que abordo diz respeito, falta em qualquer dos dois manuscritos conhecidos a parte do reinado de D. Afonso IV em que ele seria tratado, o que inviabiliza uma percepção clara da sua dependência em relação aos relatos anteriores ou das inovações então introduzidas.

É apenas na *Crónica de D. Pedro* e na *Crónica de D. João I* que podemos conhecer com pormenor os arranjos a que foi submetida a narrativa estabelecida no século anterior quando chegou às mãos do primeiro cronista-mor do reino.

Nos inícios da *Crónica de D. Pedro*, Fernão Lopes, depois de traçar o retrato do novo rei refere que ele “nom quiz mais casar, depois da morte de Dona Enes em seendo lffante, nem depois que reinou” (cap. I) parecendo aceitar, como viu bem Salvador Dias Arnaut, que o casamento entre ambos se tinha de facto realizado. Retoma a questão no capítulo XXVII, em que se detém na declaração feita pelo rei em Cantanhede, em 1360, de acordo com a qual, sendo infante, casara com D. Inês em Bragança. O capítulo seguinte dedica-o aos testemunhos do bispo da Guarda e de Estêvão Lobato, criado do rei, que confirmam a versão régia, acrescentando ambos que o casamento se realizara há cerca de sete anos, e concretizando Lobato como data o dia um de Janeiro. Mas, não parecendo satisfeito com esta versão dos acontecimentos, o cronista introduz, no capítulo XXIX as “razooens contra esto

dalguuns que hi estavom duvidamdo muito em este casamento”, colocando os cépticos a aduzir a semelhança do facto com o que ocorrera com o rei de Castela e Maria Padilha. Na realidade, se imitação houve, o imitador terá sido o rei de Castela, que elevou a amante a rainha apenas cerca de dois anos depois de D. Pedro o ter feito! Estava dado o mote, porém, para o aparecimento de uma nova perspectiva de abordagem da ligação de D. Pedro e de D. Inês, que punha em causa a versão oficializada pela declaração de Cantanhede.

Prossegue Fernão Lopes o seu relato, na senda de Ayala, com o pacto firmado entre o rei castelhano e o rei português para a troca de exilados políticos. Menciona, pela primeira vez, o meirinho-mor Álvaro Gonçalves como um dos conselheiros de D. Afonso IV que foi então entregue ao monarca português, e a fuga para Aragão de Diogo Lopes Pacheco, personagem que o cronista procura ilibar de culpas contando que mandara avisar muitas vezes o infante do perigo que D. Inês corria. Diverge, também, da versão recolhida na refundição do *Livro de linhagens do conde D. Pedro* sobre a morte de Pero Coelho, conselheiro que coloca a dirigir ao rei “desonestas e feas pallavras, chamandolhe treedor, fe perjuro, algoz e carneçeiro dos homeens” (cap. XXXI), em flagrante contraste com a compostura do visado que se depreende da narrativa trecentista.

Esta crónica concluiu-se, no capítulo XLIV, com o primeiro desenvolvimento do tema dos amores de D. Pedro e D. Inês. Chega quase um século depois, mas vale a pena reproduzi-lo:

“Por que semelhante amor, qual elRei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo. E se algum disser que muitos foram ja que tanto e mais que el amaram, assi como Adriana e Dido, e outras que nom nomeamos, segumdo se lee em suas epistolas, respomdesse que nom fallamos em amores compostos, os quaaes alguuns autores abastados de eloquencia, e florecentes em bem ditar, hordenarom segumdo lhes prougue, dizemdo em nome de taaes pessoas razões que numca nehuuma dellas cuidou; mas fallamos daquelles amores que se contam e leem nas estorias, que seu fumdamento teem sobre verdade.”

Evoca, então, Fernão Lopes como razões do que afirma, o enamoramento do infante, sendo casado, os contactos que manteve com D. Inês após o seu exílio pelo rei, a ânsia de a reaver, a revolta após a sua morte e a vingança sobre os conselheiros régios. E conclui com a referência à construção do túmulo e à trasladação do seu

corpo de Santa Clara de Coimbra para Alcobaça, “a mais homrada trelladaçom que ataa aquel tempo em Purtugal fora vista”.

Tendo centrado, na *Crónica de D. Pedro*, a narrativa da história de D. Pedro e de D. Inês nos acontecimentos que tiveram lugar no período de governo daquele rei, o cronista-mor é obrigado, na *Crónica de D. João I*, a regredir ao reinado de D. Afonso IV, no momento em que se coloca a questão da sucessão do reino nas Cortes de Coimbra de 1385. A necessidade de legitimar juridicamente a nova dinastia, isto é, de justificar a eleição do mestre de Avis, colocava Fernão Lopes perante a inevitabilidade de pôr em causa as candidaturas do rei de Castela e de D. Beatriz, bem como as de D. João e de D. Dinis, filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro. Momento decisivo para a legitimação da dinastia que servia, não admira que toda a obra historiográfica de Lopes esteja construída em função do discurso então desenvolvido por João das Regras nas cortes no sentido de validar a eleição do filho bastardo de D. Pedro (caps. CLXXXIII a CXCI).

No que aos filhos de D. Pedro e D. Inês dizia respeito, tratava-se de pôr em causa a sua condição de filhos legítimos, colocando-os, conseqüentemente, em paridade com o mestre de Avis. De acordo com o cronista, João das Regras começa por lançar dúvidas sobre o casamento com D. Inês, dúvidas essas já instaladas no ouvinte (ou leitor) de acordo com o que ouvira (ou lera) previamente nos capítulos da *Crónica de D. Pedro* relativos à declaração de Cantanhede. Apresenta uma sùmula da biografia da Castro desde a sua chegada a Portugal até à sua morte, considerando não haver certezas quanto ao casamento, nem mesmo após a declaração de D. Pedro nesse sentido. O jurista passa, então, aos impedimentos canónicos, isto é, aos vínculos de parentesco existentes entre ambos e ao facto de D. Inês ser comadre do infante, concluindo que, mesmo que pudessem casar sem dispensa, os filhos não poderiam apresentar-se como candidatos ao trono porquanto tinham invadido o território integrados nas tropas do rei castelhano e, portanto, “em serviço e companhia de seus inimigos pera o destruir”. Avança, enfim, com as diligências de D. Pedro, enquanto infante e, depois, enquanto rei, para obter junto do Papa as dispensas necessárias para o casamento e legitimação dos filhos, concluindo a sua arenga com a transcrição de uma bula de Inocência VI em que este indefere o pedido do rei português.

Em conclusão, as transformações saídas dos conflitos à volta da sucessão de D. Fernando, ao marginalizarem o papel político dos filhos de D. Pedro e de D. Inês, tinham feito emergir uma segunda versão oficial do relacionamento entre ambos que, entre outras alterações de menor significado, passava pela negação do seu casamento e, conseqüentemente, da legitimidade dos filhos. Na verdade, sob a pena de Fernão Lopes, a história do Justiceiro e da Castro sofre alterações profundas. Se a presença de D. Inês na corte portuguesa se enriquece com novos pormenores, nomeadamente a sua participação no baptismo do infante D. Luís ou o seu afastamento durante algum tempo para junto de D. Teresa de Albuquerque, sua tia, o cronista procura afastar, ao mesmo tempo, a possibilidade do casamento entre ambos, assunto sobre o qual lança as maiores dúvidas, chegando a referir que o rei a mandara matar considerando-a, apenas, amante do filho. E embora dedique dois capítulos da *Crónica de D. Pedro* à declaração do rei acerca do seu casamento com D. Inês, Lopes apressa-se, como vimos, a contestá-la no capítulo seguinte, lançando, desde logo, a suspeição sobre um acto cuja veracidade procurará rebater e desmontar no discurso de João das Regras inserido na *Crónica de D. João I*. Ao mesmo tempo, assistimos a desenvolvimentos novos quer em relação à questão do amor do infante D. Pedro para com D. Inês, quer em relação à morte dos conselheiros considerados cúmplices do rei na morte da Castro.

4. Seria esta nova versão dos acontecimentos que se imporia na historiografia posterior, sendo retomada nos séculos XV e XVI pelo autor anónimo de uma refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* efectuada cerca de 1460; por Rui de Pina, na sua *Crónica de D. Afonso IV*; pelo autor, também anónimo, da *Crónica da Biblioteca Manizola (CBM)*, hoje integrada na Biblioteca Pública de Évora; e por Cristóvão Rodrigues Acenheiro, um cronista natural de Évora que compõe a sua *Crónica dos senhores reis de Portugal* em 1536, a partir de resumos das crónicas dos séculos anteriores.

Não sendo possível acompanhar na sua globalidade a influência de Lopes sobre estes autores, pelo facto de se ter perdido a parte da sua narrativa integrada no reinado de D. Afonso IV, é, no entanto, consensual entre os historiadores que a utilização da obra do primeiro cronista-mor não os inibiu, em particular os três últimos,

de integrar nas suas crónicas novos elementos que, não pondo em causa a construção de Fernão Lopes, se alargaram ao tratamento de temas novos ou confluíram num tratamento algo romanceado de aspectos já considerados.

Centrando-me no novo tratamento dado a alguns acontecimentos, ele é particularmente visível no episódio da morte de D. Inês, onde assistimos a desenvolvimentos que serão retomados e amplificados pela lenda. Em Rui de Pina vemos já Inês de Castro a sair ao encontro com o rei, no paço de Santa Clara, fazendo-se acompanhar pelos filhos e, banhada em lágrimas, apelando à misericórdia e perdão régios; sentimos também o recuo na determinação régia e, finalmente, a chegada da morte, inexorável, por insistência de Diogo Lopes Pacheco, Álvaro Gonçalves e Pero Coelho. O cronista da CBM carrega no ar lacrimajante de D. Inês (“foram as lagrimas tantas que cousa não podia dizer”) e alarga-se na cena da morte: “loguo tornaram e não esgardando palavras algumas que dizia nem ter os filhos diante nem lhe por diante o lfante dom Pedro seu Senhor que não avia de deixar sua morte sem vingança, a mataram cruelmente ás punhaladas, do qual elrey foy mui prasmado” (CBM, cap. 83). Acenheiro, enfim, aprimora o quadro, ao qual dedica cerca de uma página, introduzindo diálogos, preparando a comoção e piedade do “bom Rei perseguido daquelles comcelheiros”, que finalmente vencem matando “a ynocente Dona Ynes de Crasto” (cap. XV). Como a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, na sua refundição quatrocentista, se refere já ao arrependimento régio, é quase certo que alguns elementos do quadro se encontrariam já em Fernão Lopes, sendo aproveitados e amplificados por estes cronistas.

Também a cena da vingança sobre os conselheiros, que Lopes desenvolvera em termos romanescos, é recuperada por estes autores. A agora mencionada refundição da *Crónica Geral de Espanha*, que resume os reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro em menos de duas páginas, embora sintetize o relato do primeiro cronista-mor numa curta frase, acrescenta-lhe um diálogo de Pero Coelho com o algoz, diálogo que será retomado por Acenheiro, autor que recupera igualmente a narrativa de Fernão Lopes.

Iniciada também, podemos dizê-lo, por Lopes, a vertente amorosa da ligação entre D. Pedro e D. Inês conhece no cronista da BM um seu adepto fervoroso. Detém-se nela sobretudo para justificar o facto de o infante não ter voltado a casar após a

morte de D. Constança, como pretenderia seu pai, e também numa confissão do próprio D. Pedro ao arcebispo de Braga que, numa cena inaudita mas reveladora do crescente gosto por estas amplificações romanescas, o aconselha a que case e mantenha a amante em lugar apartado e seguro. Mas podemos dizer que o amor invade todo o texto, justificando a beleza dos filhos “avydos com tanto contentamento dambos”, e levando mesmo este cronista a aderir ao casamento do infante com a Castro, contrariando, assim, a versão que se tinha imposto com Fernão Lopes. Mais significativo, ainda, é o deslocamento de perspectiva na abordagem do amor, visto, até então, sempre do lado do infante. Agora, ao ser referido que D. Inês participara, contrariada, no baptismo do infante D. Luís “pollo amor que muito tempo avia que tinha ao Ifante dom Pedro” (CBM, cap. 79), verificamos, mais de século e meio depois, que a Castro, afinal, também amava!

Deste modo, a história de D. Pedro e de D. Inês prosseguia o seu percurso em direcção à lenda, percurso ao qual, como vemos, os próprios cronistas não foram insensíveis. Não sendo possível uma abordagem particularizada de todas as transformações sofridas pelo relato da história de D. Pedro e D. Inês no período medieval, limito-me a algumas reflexões com o intuito de enquadrar as suas principais inflexões ao longo do período estudado.

5. O trajecto historiográfico, sinuoso, como vimos, da relação entre D. Pedro e D. Inês inicia-se num quase silêncio, apenas quebrado pelas notícias da morte da Castro em dois Anais monásticos. Permaneceria certamente neste quase silêncio, aquele que acompanhou muitas mancebias de infantes e de reis, não fora o seu inaudito fim e os filhos que deixara.

Passados pouco mais de cinco anos, em 1360, um grande estrondo quebra este silêncio. Numa publicitação inédita, D. Pedro, já rei, torna público que casara com ela em Bragança cerca de sete anos antes, legitimando os filhos saídos dessa união. Seguiu-se uma encenação que pretendeu dar uma visibilidade acrescida à nova versão dos acontecimentos, como se sobre ela pairasse alguma sombra ameaçadora: a recuperação e morte dos principais conselheiros do pai que contribuíram para a sentença que ditou a sua morte, a construção de dois túmulos historiados e profusamente esculpidos, sem par na tumulária medieval portuguesa, que acolheriam

os corpos de ambos no cruzeiro do mosteiro de Alcobaça, a trasladação, enfim, do corpo de D. Inês de Castro do mosteiro de Santa Clara de Coimbra para o novo túmulo, em cerimónia de grande pompa.

É esta primeira versão oficial do relacionamento entre D. Pedro e D. Inês, marcado pelo casamento e pela legitimidade dos filhos, que transparece na refundição do *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, anterior a 1383, e ainda na obra do cronista castelhano Pero López de Ayala, pese o facto de, pela indecisão que este autor manifesta em relação ao casamento, a sua crónica poder ter sido já influenciada pela viragem política verificada em Portugal na sequência das Cortes de Coimbra de 1385, com o aparecimento da dinastia de Avis.

Na realidade, o verdadeiro terramoto político provocado pela subida ao trono do mestre de Avis, um filho bastardo do rei D. Pedro nascido em 1357 de uma dessas ligações que não deixou história, desencadeou, algumas décadas mais tarde, a necessidade de justificar juridicamente uma sucessão saída de um contexto em que se apresentavam vários candidatos ao trono mais bem posicionados, dando origem a uma segunda grande encenação histórica, que prescindiu, porém, do aparato cénico e teatral manipulados por D. Pedro, para se centrar na produção de um texto historiográfico. Os tempos eram outros e a corte régia portuguesa, com quase dois séculos de atraso em relação à castelhana, descobria, finalmente, a importância da máquina historiográfica na produção do passado. Da tarefa foi encarregado o escrivão Fernão Lopes, a quem foi encomendado um trabalho ciclópico: abalar a legitimidade da herdeira de D. Fernando, D. Beatriz, bem como a dos filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro, particularmente a de D. João de Castro, em nome do qual o mestre de Avis havia sido eleito, em 1383, como “regedor e defensor do reino”. Preparando o terreno nas crónicas anteriores, seria, no entanto, na *Crónica de D. João I* e, dentro dela, nos largos capítulos dedicados às Cortes de Coimbra, que Lopes, por intermédio do discurso do Doutor João das Regras, se encarregaria de reconstruir o passado adequando-o às expectativas da casa que servia. Demolidor, o cronista começa por pôr em causa a legitimidade de D. Beatriz e do rei castelhano, prossequindo, como vimos, com a reconfiguração da história de D. Pedro e de D. Inês, que volta ao início. Inês não fora mais do que manceba do infante e nunca fora outra coisa. O resto tinham sido boatos ou construções duvidosas num reino desmemoriado (então o rei

não se lembrava do ano e dia em que tinha casado com D. Inês?). Os candidatos eram, assim, colocados todos num mesmo patamar, sobressaindo a acção do mestre de Avis, digna da sua entronização.

Como bem viu Eugenio Asensio, a posição de Lopes perante a relação do infante português com a Castro não é isenta de ambiguidades. Se, por um lado, se viu obrigado a pôr em causa a legitimidade dos filhos saídos dessa relação, contestando, portanto, as suas pretensões à sucessão de D. Fernando, por outro lado, parece ter sido cativado pela sorte de D. Inês. É por esta via que penetraram na *Crónica de D. Pedro* dois elementos destinados a um longo porvir: a projecção do amor entre ambos e a descrição da morte dos conselheiros de D. Afonso IV, num cenário que a morte de Pero Coelho, tal como é retratada na refundição do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, não fazia prever de todo.

Entramos, assim, na segunda versão oficial da história inesiana, que lhe rouba o enquadramento institucional, isto é, o casamento, confortando-a com o amor. É esta versão que servirá de fundo aos cronistas subsequentes, mau grado os argumentos de Lopes não terem convencido o cepticismo do cronista da BM, que opta, numa atitude inédita, por associar o amor e o casamento. Mas os cronistas de inícios do século XVI, trabalhando sobre a estrutura fornecida por Fernão Lopes, desenvolvem-na, como vimos, misturando história e lenda, reflectindo, porventura, uma maior adesão à matéria romanesca que começava a penetrar nos meios cortesãos. Introduzida, sobretudo, no episódio da morte de D. Inês, não será casual que Maria Leonor Machado de Sousa tenha detectado nele prováveis influências da novela *El siervo libre de amor*, obra composta por volta de 1440 pelo galego Juan Rodríguez del Padrón.

Com esta última transfiguração historiográfica, centrada na figura de Inês de Castro, renunciava-se a autonomização e transformação da história de D. Pedro e de D. Inês em matéria literária. Ela afirmava-se mesmo no momento em que estes historiadores redigiam as suas obras, ou pouco antes, com Anrique da Mota e Garcia de Resende.

Urb. da Quinta da Fonte, 29 de Maio de 2005

Fontes e autores citados:

- Arnaut, Salvador Dias, "A crise nacional dos fins do séc. XIV", *Biblos*, XXXV (1959).
- Asensio, Eugenio, "Inês de Castro: de la crónica al mito", *Estudios Portugueses*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1974.
- Breve chronicon alcobacense*, ed. de Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856, pp. 20-22.
- Crónica da Biblioteca Manizola*, ed. parcial de António Brásio em "Duas notas marginais ao problema do casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro", *Anais. Academia Portuguesa da História*, 12 (1962), pp. 103-112.
- Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998
- Cristóvão Rodrigues Acenheiro, *Crónica dos senhores reis de Portugal*, in *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, t. V, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1936.
- Crónica Geral de Espanha de 1344* (refundição de c. 1400), in Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, Apêndice III.
- Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, ed. de Damião Peres, Porto, Livraria Civilização, 1965.
- Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, reprodução facsimilada da ed. de Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.
- González Vasquez, Marta, *Inês de Castro*, Santiago, 2003.
- Livro da Noa ou Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 69-88.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL)*, ed. de José Mattoso, *Portugaliae Monumenta Histórica, Nova Série*, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- Pero López de Ayala, *Crónicas*, ed. de José-Luis Martin, Barcelona, Editorial Planeta, 1991
- Rui de Pina, *Crónicas*, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão, 1977.
- Sousa, Maria Leonor Machado de, *Inês de Castro: um tema português na Europa*, Lisboa, ACD editores, 2004.